



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno

Prestação de Contas

da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Exercício Financeiro de 2023

2024

***Assessoria de Controle Interno e Auditoria
da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão***

Composta por:

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Alan Vasconcelos Santos
Analista Ministerial

Fábio Rafael Viana Lobato da Silva
Analista Ministerial

Francisca Ferreira de Sousa
Analista Ministerial

Raimundo João Serejo Azevedo Filho
Técnico Ministerial

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 4 |
| 2. DO ORÇAMENTO | 5 |
| 2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais..... | 5 |
| 2.2 Das Receitas..... | 6 |
| 2.3 Das Despesas..... | 9 |
| 3. DO FINANCEIRO | 13 |
| 4. DO PATRIMÔNIO | 15 |
| 5. DA DESPESA EXECUTADA POR AÇÃO | 23 |
| 6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO | 25 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno de Certificação de Contas, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários à sua composição.

Neste relatório, faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2023, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA e do GESP – Módulos Patrimônio e Material.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

2. DO ORÇAMENTO

2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual – Lei Estadual nº. 11.871, de 29/12/2022, autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 589.242.000,00 (quinhentos e oitenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil reais) e, mediante abertura de créditos adicionais e anulações, tal montante foi alterado para R\$ 731.468.998,56 (setecentos e trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme se apresenta na tabela abaixo:

| DOTAÇÃO ATUALIZADA | VALORES |
|--|-----------------------|
| (+) Dotação Inicial | 589.242.000,00 |
| (+) Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior | 550.221,00 |
| (+) Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação | 90.000.000,00 |
| (+) Crédito Adicional Suplementar por Anulação | 51.708.600,00 |
| (–) Anulações de Créditos | 31.822,44 |
| (=) Dotação Atualizada | 731.468.998,56 |

No exercício em exame, foram realizadas aberturas de créditos suplementares em favor da PGJ, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aumentando o valor global das dotações em R\$ 142.258.821,00 (cento e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais), ao valor global das dotações, como se passa a detalhar:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

| DEMONSTRATIVO DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS (R\$) | | | | | |
|--|---------------------|--|--|--------------------------|----------------|
| Decreto Estadual | Data Diário Oficial | Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior | Suplementar por Excesso de Arrecadação | Suplementar por Anulação | TOTAL |
| 38.321/2023 | 26/05/2023 | 550.221,00 | | | 550.221,00 |
| 38.541/2023 | 20/09/2023 | | 90.000.000,00 | | 90.000.000,00 |
| 38.764/2023 | 07/012/2023 | | | 51.708.600,00 | 51.708.600,00 |
| TOTAL | | | | | 142.258.821,00 |

2.2 Das Receitas

A Procuradoria Geral de Justiça não possui arrecadação de receitas próprias, sendo contemplada no orçamento do Estado, recebendo para a execução de suas despesas repasses financeiros do Tesouro Estadual em forma de duodécimos em observância à Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2023 | | | | |
|---|----------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL (a) | PREVISÃO ATUALIZADA (b) | RECEITAS REALIZADAS (c) | SALDO (d) = (c - b) |
| RECEITAS CORRENTES (I) | - | - | 55.966,14 | 55.966,14 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | - | - | - | - |
| RECEITA PATRIMONIAL | - | - | 55.966,14 | 55.966,14 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | - | - | - | - |
| RECEITA INDUSTRIAL | - | - | - | - |
| RECEITA DE SERVIÇOS | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | - | - | - | - |



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | | | | |
|---|-----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 | | | | |
| Período: Janeiro a Dezembro de 2023 | | | | |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL (a) | PREVISÃO ATUALIZADA (b) | RECEITAS REALIZADAS (c) | SALDO (d) = (c - b) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | - | - | - |
| ALIENAÇÃO DE BENS | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | - | - | 55.966,14 | 55.966,14 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) | - | - | - | - |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | - | - | 55.966,14 | 55.966,14 |
| DEFICIT (VI) | | | 730.296.741,98 | |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | - | - | 730.352.708,12 | 55.966,14 |

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal Módulo de Contabilidade

Conforme se depreende da análise do Balanço Orçamentário acima, no exercício, houve uma pequena receita orçamentária, no valor de R\$ 55.966,14 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e catorze centavos), gerando consequentemente um déficit orçamentário no montante de R\$ 730.296.741,98 (setecentos e trinta milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Já no Balanço Financeiro abaixo, podemos observar que os ingressos foram decorrentes das transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária, no montante de R\$ 725.674.992,25 (setecentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos).

| BALANÇO FINANCEIRO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | | |
|---|------------------------------------|------------------------------------|
| Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64 | | |
| Período: Janeiro a Dezembro de 2023 | | |
| INGRESSOS | Janeiro a Dezembro/2023 | Janeiro a Dezembro/2022 |
| Receita Orçamentária (I) | 55.966,14 | 550.221,00 |
| Ordinária | - | - |
| Vinculada | 55.966,14 | 550.221,00 |
| Outras Vinculações de Recursos | 55.966,14 | 550.221,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas (II) | 725.674.992,25 | 665.039.988,73 |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária | - | - |
| Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária | 725.674.992,25 | 665.039.988,73 |
| Transferências Recebidas Aportes RPPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários (III) | 156.372.020,41 | 138.192.654,71 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 5.656.105,65 | 4.694.357,68 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 1.098.081,55 | - |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 149.617.833,21 | 133.498.297,03 |
| Aplicações do RPPS | - | - |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | - | - |
| Saldo do Exercício Anterior (IV) | 20.498.101,53 | 11.763.804,91 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 11.837.742,40 | 11.763.804,91 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 8.660.359,13 | - |
| TOTAL (V) = (I + II + III + IV) | 902.601.080,33 | 815.546.669,35 |

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal Módulo de Contabilidade



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

2.3 Das Despesas

A execução da despesa orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2023, pode ser demonstrada como segue, conforme respectivo Balanço Orçamentário:

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 | | | | | | |
| Período: Janeiro a Dezembro de 2023 | | | | | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL (e) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) | DESPESAS EMPENHADAS (g) | DESPESAS LIQUIDADAS (h) | DESPESAS PAGAS (i) | SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g) |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 562.927.000,00 | 724.698.061,56 | 723.718.992,99 | 718.761.260,25 | 717.663.178,70 | 979.068,57 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 395.097.000,00 | 545.222.986,00 | 545.002.225,99 | 545.002.225,99 | 544.136.603,99 | 220.760,01 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 167.830.000,00 | 179.475.075,56 | 178.716.767,00 | 173.759.034,26 | 173.526.574,71 | 758.308,56 |
| DESPESAS DE CAPITAL (IX) | 26.315.000,00 | 6.770.937,00 | 6.633.715,13 | 5.935.342,22 | 5.935.342,22 | 137.221,87 |
| INVESTIMENTOS | 26.315.000,00 | 6.770.937,00 | 6.633.715,13 | 5.935.342,22 | 5.935.342,22 | 137.221,87 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X) | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X) | 589.242.000,00 | 731.468.998,56 | 730.352.708,12 | 724.696.602,47 | 723.598.520,92 | 1.116.290,44 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII) | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII) | 589.242.000,00 | 731.468.998,56 | 730.352.708,12 | 724.696.602,47 | 723.598.520,92 | 1.116.290,44 |
| SUPERAVIT (XIV) | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (XV) = (XIII + XIV) | 589.242.000,00 | 731.468.998,56 | 730.352.708,12 | 724.696.602,47 | 723.598.520,92 | 1.116.290,44 |
| RESERVA DO RPPS | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Quando fazemos o cotejo entre as **despesas empenhadas** e as **despesas pagas**, por **categoria econômica**, no exercício de 2023, verificamos um equilíbrio, uma vez que 99,16% das **despesas correntes** e 89,47% das **despesas de capital** empenhadas foram pagas, na forma abaixo demonstrada:

| CATEGORIA ECONÔMICA | DESPESAS EMPENHADAS (A) | DESPESAS PAGAS (B) | % (B / A) |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 723.718.992,99 | 717.663.178,70 | 99,16 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 6.633.715,13 | 5.935.342,22 | 89,47 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 730.352.708,12 | 723.598.520,92 | 99,08 |

Quando fazemos a mesma análise, mas com base no **grupo de natureza de despesa**, constatamos que o **maior percentual** das despesas pagas relativamente ao montante empenhado ocorreu no grupo de **pessoal e encargos sociais**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA | DESPESAS EMPENHADAS (A) | DESPESAS PAGAS (B) | % (B / A) |
|------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------|
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 545.002.225,99 | 544.136.603,99 | 99,84 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 178.716.767,00 | 173.526.574,71 | 97,10 |
| INVESTIMENTOS | 6.633.715,13 | 5.935.342,22 | 89,47 |
| TOTAL | 730.352.708,12 | 723.598.520,92 | 99,08 |

Como se observa nos demonstrativos acima, no exercício de 2023, foram pagos 99,08% do valor total das despesas empenhadas, sendo que a diferença, no percentual de 0,92%, que corresponde ao valor de R\$ 6.754.187,20 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), foi inscrita em restos a pagar, no final de tal exercício.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Das despesas empenhadas no exercício de 2023, no montante de R\$ 730.352.708,12 (setecentos e trinta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oito reais e doze centavos), a quantia de R\$ 723.598.520,92 (setecentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e vinte reais e noventa e dois centavos) foi paga no exercício, o que resultou na inscrição de restos a pagar, no final do exercício de 2023, no montante de R\$ 6.754.187,20 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), na forma abaixo descrita:

| APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR | |
|--|---------------------|
| INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR | VALORES |
| (+) Despesas Empenhadas | 730.352.708,12 |
| (-) Despesas Pagas | 723.598.520,92 |
| (=) RESTOS A PAGAR – INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO | 6.754.187,20 |
| Restos a Pagar Não Processados | 5.656.105,65 |
| Restos a Pagar Processados | 1.098.081,55 |

Do valor total inscrito em restos a pagar no final do exercício de 2023, a maior parte em torno de 84% corresponde aos restos a pagar não processados.

Quanto à **execução da despesa extra orçamentária**, verificamos que, do montante de R\$ 4.735.443,57 (quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos), inscrito em restos a pagar em 2022 e em exercícios anteriores, foi realizado o desembolso para pagamento no valor de R\$ 4.041.146,50 (quatro milhões, quarenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), de modo que a diferença, no valor de R\$ 694.297,07 (seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e sete centavos), parte foi reinscrita em restos a pagar no valor de R\$ 424.906,70 (quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e setenta centavos) e o restante, no valor de R\$ 269.390,37 (duzentos e



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

sessenta e nove mil, trezentos e noventa reais e trinta e sete centavos) foi cancelado no final de 2023, gerando uma disponibilidade financeira como fonte de recurso para composição do superávit financeiro no final do exercício.

No que tange às **despesas com pessoal e encargos sociais**, ao longo do exercício de 2023, verificamos que, após as deduções legais, a despesa líquida com pessoal e seu respectivo comprometimento em relação à receita corrente líquida estadual apresentaram os seguintes valores nos três quadrimestres do referido exercício, conforme art. 20, II, “d”, da Lei Complementar nº. 101/2000-LRF, conforme consta na tabela abaixo:

| QUADRIMESTRE | DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | % DESPESA COM PESSOAL |
|--------------|-----------------------------|--------------------------|-----------------------|
| 1º. | 449.066.488,60 | 22.456.262.019,29 | 2,00% |
| 2º. | 462.719.668,06 | 22.672.627.862,38 | 2,04% |
| 3º. | 470.386.749,87 | 23.037.993.207,05 | 2,04% |

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

3. DO FINANCEIRO

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ficou evidenciado que, no início do exercício de 2023, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou disponibilidade de caixa no montante de R\$ 11.837.742,40 (onze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), sendo que, ao final de tal exercício, o saldo em questão diminuiu para R\$ 10.374.312,60 (dez milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e doze reais e sessenta centavos).

O fluxo financeiro pode ser demonstrado no quadro a seguir:

| FLUXO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO | |
|--|-------------------------|
| DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2022: | 11.837.742,40 |
| INGRESSOS | 887.296.132,94 |
| (+) Receitas derivadas e originárias | 55.966,14 |
| (+) Outros ingressos operacionais | 887.240166,80 |
| DESEMBOLSOS | (888.759.562,74) |
| (-) Pessoal e demais despesas | 639.861.021,95 |
| (-) Transferências concedidas | 79.149.410,64 |
| (-) Outros desembolsos operacionais | 161.119.895,32 |
| (-) Aquisição de ativo não circulante | 8.629.234,83 |
| DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2023: | 10.374.312,60 |



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Após análise do Balanço Financeiro, verificamos que houve a diminuição do saldo em espécie em caixa no final do exercício, o que demonstra um resultado financeiro negativo no montante de R\$ 1.463.429,80 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), na forma abaixo demonstrada:

| APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO | |
|--|-----------------------|
| (+) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 10.374.312,60 |
| (-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 11.837.742,40 |
| RESULTADO FINANCEIRO NEGATIVO | (1.463.429,80) |

Os recursos financeiros da Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie sob nossa responsabilidade foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, formando o saldo das disponibilidades de caixa em 31/12/2023, após as devidas conciliações bancárias, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

| BANCO | AGÊNCIA | CONTA CORRENTE/ POUPANÇA | SALDO SIGEF EM 31/12/2023 |
|-----------------|---------|-----------------------------|------------------------------|
| BANCO DO BRASIL | 3846-6 | 159427-3 | 9.469.510,30 |
| | | 9358-0 | 606.187,14 |
| | | 5229-9 | 81.470,99 |
| | | 9513-3 * | 217.144,17 |
| TOTAL | | | 10.374.312,60 |

NOTA: *Valor em espécie na conta contábil 1.1.1.3.02.00.00 = GARANTIAS

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

4. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2023, estão demonstradas, por determinação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e da Lei Federal nº. 4.320/1964, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Preliminarmente, cumpre registrar a perene diligência do Ministério Público do Estado do Maranhão no tocante à observância dos normativos emanados dos órgãos de controle externo, notadamente, no contexto do presente item deste relatório, das prescrições contidas nos seguintes instrumentos:

I) Portaria STN nº. 548/2015 (dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual), da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que estabelece para os Estados, já a partir do exercício de 2019, a obrigatoriedade dos registros contábeis concernentes ao “reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável”;

II) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; e

III) Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº. 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis, emitida pela STN.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Como parte dos esforços envidados para dar fiel cumprimento aos referidos normativos, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão determinou, mediante a edição da PORTARIA-GAB/PGJ-50542019, a designação de servidores para comporem comissão visando o estabelecimento e normatização dos procedimentos a serem utilizados na implementação da depreciação de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo em vista o Processo Administrativo nº. 6638/2019.

Deste modo, após circunstanciada análise das normas afins, bem como da realidade institucional deste Ministério Público Estadual, foram apresentados pela aludida comissão um Relatório Técnico (Reconhecimento, Mensuração, Depreciação e Reavaliação do Ativo Imobilizado) e uma minuta de Ato Regulamentar, o que ensejou a edição das seguintes normas, no âmbito deste Órgão Ministerial:

I) Ato Regulamentar nº. 026/2019-GPGJ, que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados (bens móveis permanentes e bens imóveis), assim como para a implementação da depreciação e da reavaliação desses; e

II) Ato Regulamentar nº. 027/2019-GPGJ, que instituiu o Sistema GESP – Módulos Patrimônio e Material, como sistema oficial de gestão patrimonial utilizado no âmbito do Ministério Público Estadual, a partir do exercício de 2023.

Assim, na senda do cumprimento dos normativos e instrumentos regulamentares até aqui elencados, este Ministério Público Estadual implementou, já no exercício de 2019, procedimentos referentes ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos seus bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, bem como reavaliação e redução ao valor recuperável.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

No contexto específico dos bens móveis permanentes, procedeu-se à depreciação no Sistema GESP – Módulo Patrimônio, adotando-se como parâmetro os respectivos valores de aquisição.

Na seara da gestão patrimonial dos bens imóveis, com fulcro sobretudo no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura – COEA, em alinhamento com a Coordenadoria de Administração – CAD e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, deste Órgão, procederam à segregação entre os terrenos e as edificações, com reflexos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA.

Posteriormente, com base nos cálculos efetuados pela COEA, os referidos bens imóveis (terrenos e edificações) foram reavaliados e, por fim, as edificações sofreram as devidas depreciações.

Ao termo dessa breve contextualização, necessária para melhor compreensão da temática em questão, damos continuidade ao relatório, com a avaliação do resultado patrimonial da unidade gestora em análise.

Considerando que a apuração do resultado patrimonial implica o confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), restou evidenciado, após análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que ocorreu um resultado superavitário do período de R\$ 21.837.765,54 (vinte e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), na forma demonstrada pela tabela a seguir:



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

| APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO | |
|---|-----------------------|
| 1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 750.656.097,29 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC. FINANCEIRAS | 55.966,14 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 750.492.808,82 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 107.322,33 |
| 2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 728.818.331,75 |
| PESSOAL E ENCARGOS | 545.002.225,99 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 46.439.394,16 |
| USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 134.489.228,05 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 1.036.480,22 |
| DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO | 1.043.256,60 |
| TRIBUTÁRIAS | 807.746,73 |
| 3. RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO DO PERÍODO | 21.837.765,54 |

Para melhor compreensão da gestão dos bens patrimoniais, discriminaremos os cenários relativos aos bens de estoque, aos bens móveis e aos bens imóveis, ao fim do exercício de 2023.

a) quanto aos **bens de estoque**, o saldo inicial do exercício de 2023 na referida conta foi de R\$ 807.832,18 (oitocentos e sete mil e oitocentos e trinta e dois reais e dezoito centavos), encerrando-se com R\$ 939.962,41 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos), havendo, desta forma, um aumento dos referidos bens, na ordem de R\$ 132.130,23 (cento e trinta e dois mil, cento e trinta reais e vinte e três centavos), conforme movimentação a seguir:



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

| MOVIMENTAÇÃO DOS BENS DE ESTOQUE NO EXERCÍCIO | |
|---|-------------------|
| SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2022: | 807.832,18 |
| (+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS | 1.411.528,11 |
| (-) TOTAL DAS BAIXAS | 1.279.397,88 |
| SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2023: | 939.962,41 |
| ACRÉSCIMO DOS BENS DE ESTOQUE EM 2023: | 132.130,23 |

b) quanto aos **bens móveis**, verificamos que, após confrontar as aquisições orçamentárias e extra orçamentárias, bem como as desincorporações e depreciações patrimoniais, constatamos um acréscimo patrimonial no valor líquido contábil dos bens móveis, na ordem de R\$ 13.732.620,63 (treze milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e três centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

| MOVIMENTAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO | |
|---|----------------------|
| SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2022: (A) | 78.910.646,51 |
| (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS ATÉ 31/12/2022: | 48.797.951,45 |
| (=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2022: | 30.112.695,06 |
| (+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS (B) | 8.613.114,87 |
| (+) AQUISIÇÕES DE BENS MÓVEIS PELO FEMPE (C) | 11.186.317,65 |
| (-) TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS (D) | 248.326,19 |
| (-) PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MÓVEIS (E) | 793.498,94 |
| (=) SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2023: (F) = A + B + C - D - E | 97.668.253,90 |
| (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS ATÉ 31/12/2023: | 53.822.938,21 |
| (=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2023: | 43.845.315,69 |
| ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NO VALOR LÍQUIDO DOS BENS MÓVEIS EM 2023: | 13.732.620,63 |

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Cabe registrar que a desincorporação dos bens móveis foi decorrente de baixa administrativa, de doação e de inservibilidade, no montante de R\$ 1.041.825,13 (um milhão, quarenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e treze centavos), na forma a seguir descrita:

| DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO | |
|--|---------------------|
| POR BAIXA ADMINISTRATIVA | 5.732,00 |
| POR DOAÇÃO | 248.326,19 |
| POR INSERVIBILIDADE | 787.766,94 |
| TOTAL DAS DESINCORPORAÇÕES DOS BENS MÓVEIS: | 1.041.825,13 |

c) quanto aos **bens imóveis**, verificamos que houve aquisições, incorporações, desincorporações e depreciações patrimoniais resultando em um aumento patrimonial no valor líquido contábil de R\$ 11.824.937,82 (onze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o demonstrativo abaixo:

| MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS NO EXERCÍCIO | |
|--|-----------------------|
| SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2022: (A) | 178.892.015,85 |
| (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS ATÉ 31/12/2022: | 4.152.840,92 |
| (=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2022: | 174.739.174,93 |
| (+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS (B) | 16.119,96 |
| (+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (DOAÇÃO RECEBIDA) (C) | 200.000,00 |
| (+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (TRANSFERÊNCIA FEMPE) (D) | 13.150.498,92 |
| (-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (E) | 249.757,66 |
| (=) SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2023: (F) = A + B + C + D - E | 192.008.877,07 |
| (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS ATÉ 31/12/2023: | 5.444.764,32 |
| (=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2023: | 186.564.112,75 |
| ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NO VALOR LÍQUIDO DOS BENS IMÓVEIS EM 2023: | 11.824.937,82 |



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Quanto ao **superávit financeiro do exercício de 2023**, ao analisarmos os Balanços Patrimonial e Financeiro, verificamos que sua apuração consiste na diferença entre o Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 1.960.538,55 (um milhão, novecentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

| APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO | |
|---|---------------------|
| 1. ATIVO FINANCEIRO | 19.093.735,20 |
| 2. PASSIVO FINANCEIRO | (17.133.196,65) |
| SUPERÁVIT FINANCEIRO | 1.960.538,55 |

O sobredito montante segue abaixo analiticamente demonstrado por fonte de recurso, no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral de Justiça:

| BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64 Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 | | |
|---|---------------------|---------------------|
| QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO | | |
| FONTES DE RECURSO | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| 1.500 Recursos Não Vinculados de Impostos | 672.033,51 | 5.455.513,04 |
| 1.703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades | 55.966,14 | 550.221,00 |
| 2.500 Superavit de Recursos Não Vinculados de Impostos | 1.095.317,90 | 1.095.317,90 |
| 2.703 Superávit - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades - Fte 2703.00000 | 137.221,00 | - |
| TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS | 1.960.538,55 | 7.101.051,94 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Sob nossa **responsabilidade com terceiros**, verificamos a existência do montante de R\$ 9.954.102,75 (nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e dois reais e setenta e cinco centavos), sendo que, deste valor, R\$ 8.936.566,77 (oito milhões, novecentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos) correspondem a depósitos e garantias; e a diferença de R\$ 1.017.535,98 (um milhão, dezessete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) refere-se a outros consignatários (consignações e retenções).



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

5. DA DESPESA EXECUTADA POR AÇÃO

Quanto ao cumprimento das metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a informar que, em 2023, esta Unidade Orçamentária 070101 - Procuradoria Geral de Justiça contemplou 02 (dois) programas, intitulados **337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça e 411 - Apoio Administrativo**. O primeiro com uma ação institucional, 2963 - **Coordenação das Ações Essenciais à Justiça**; e o segundo com três ações institucionais, a saber: 900 - **Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual**, 901 - **Contribuição ao Regime Geral da Previdência** e 963 - **Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais**.

Quanto à gestão do orçamento desta unidade, verificamos que os Programas 337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça e 411 - Apoio Administrativo comprometeram 98,92% do orçamento autorizado.

Tais informações foram colhidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN/MA, conforme se observa no Demonstrativo a seguir.

Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2023



Governou do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR UNIDADE GESTORA - PROGRAMAS E AÇÃO

| |
|---------------------------|
| EXERCÍCIO 2023 |
|---------------------------|

| 7101 - Procuradoria Geral da Justiça | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---------------------|-------------|-------------|---------|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| TOTAL GERAL | | | | | | | VALOR: R\$ | | | | | | | | |
| | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. ATUAL (A) | EMP. (B) | SALDO (A-B) | (% B/A) | LIQUIDADO (C) | (% C/A) | PAGO (D) | (% D/A) |
| | | | | | | | 589.242.000,00 | 731.500.821,00 | 730.384.530,56 | 1.116.290,44 | 99,85% | 724.728.424,91 | 99,07% | 723.629.850,32 | 98,92% |
| 7101 - Procuradoria Geral da Justiça | | | | | | | | | | | | | | | |
| Programa: (337) - Gestão de Ações Essenciais à Justiça | | | | | | | | | | | | | | | |
| COD. | AÇÃO | PRODUTO | UNI. MEDIDA | META FÍSICA | | | VALOR: R\$ | | | | | | | | |
| | | | | PLANEJ. | EXECUT. | % | DOT. INICIAL | DOT. ATUAL (A) | EMP. (B) | SALDO (A-B) | (% B/A) | LIQUIDADO (C) | (% C/A) | PAGO (D) | (% D/A) |
| 2963 | Coordenação das Ações Essenciais à Justiça | Medido pela Despesa | Unidade | 0 | 0 | 0,00% | 486.546.000,00 | 640.841.409,00 | 639.834.815,11 | 1.006.593,89 | 99,84% | 634.178.709,46 | 98,96% | 633.945.756,87 | 98,92% |
| Comentário: - | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | 486.546.000,00 | 640.841.409,00 | 639.834.815,11 | 1.006.593,89 | 99,84% | 634.178.709,46 | 98,96% | 633.945.756,87 | 98,92% |
| 7101 - Procuradoria Geral da Justiça | | | | | | | | | | | | | | | |
| Programa: (411) - Apoio Administrativo | | | | | | | | | | | | | | | |
| COD. | AÇÃO | PRODUTO | UNI. MEDIDA | META FÍSICA | | | VALOR: R\$ | | | | | | | | |
| | | | | PLANEJ. | EXECUT. | % | DOT. INICIAL | DOT. ATUAL (A) | EMP. (B) | SALDO (A-B) | (% B/A) | LIQUIDADO (C) | (% C/A) | PAGO (D) | (% D/A) |
| 900 | Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual | Medido pela Despesa | Unidade | 0 | 0 | 0,00% | 87.000.000,00 | 78.411.067,00 | 78.411.065,90 | 1,099999994 | 100,00% | 78.411.065,90 | 100,00% | 78.411.065,90 | 100,00% |
| Comentário: - | | | | | | | | | | | | | | | |
| 901 | Contribuição ao Regime Geral da Previdência | Medido pela Despesa | Unidade | 0 | 0 | 0,00% | 15.000.000,00 | 11.510.000,00 | 11.400.304,81 | 109.695,19 | 99,05% | 11.400.304,81 | 99,05% | 10.534.682,81 | 91,53% |
| Comentário: - | | | | | | | | | | | | | | | |
| 963 | Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais | Medido pela Despesa | Unidade | 0 | 0 | 0,00% | 696.000,00 | 738.345,00 | 738.344,74 | 0,26 | 100,00% | 738.344,74 | 100,00% | 738.344,74 | 100,00% |
| Comentário: - | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | 102.696.000,00 | 90.659.412,00 | 90.549.715,45 | 109.696,55 | 99,88% | 90.549.715,45 | 99,88% | 89.684.093,45 | 98,92% |

“2024 – O Ministério Público na proteção dos direitos das comunidades quilombolas e da segurança alimentar”

Av. Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau, São Luís/MA, CEP: 65076-820 | Telefone: (98) 3219-1774 | e-mail: auditoria_interna@mpma.mp.br



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no *link* “<https://www.mpma.mp.br/category/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/?post=2561#result>”, podem ser acessadas, por qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a legislação pertinente à matéria, notadamente a Lei Federal nº. 4.320/1964 e a Lei Estadual nº. 11.871/2022, bem como as Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, e com base na documentação disponibilizada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças desta Procuradoria, nos relatórios constantes na prestação de contas em análise e nos registros dos sistemas SIGEF/MA, SISPCA e GESP – Módulos Patrimônio e Material, manifestamo-nos pela regularidade da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça, referente ao exercício de 2023, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial, especificamente no que tange à realização da receita e à execução da despesa.

Impende sublinhar que a manifestação supra não elide e nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o relatório que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria encaminha ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis.

São Luís (MA), 19 de março de 2024.

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria